



Brasília, 19 de novembro de 2021.

LIRA AFIRMA: FALTAM 4 SEMANAS PARA TENTAR APROVAR A PEC 32

É HORA DE INTENSIFICAR A PRESSÃO NOS PARLAMENTARES

Em mais uma semana vitoriosa, marcada por atos simbólicos em Brasília, a PEC 32 ficou fora da pauta de votação da Câmara dos Deputados. A mobilização começou na terça-feira (16), no aeroporto JK, com a tradicional recepção aos parlamentares e com muita pressão no líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP/SP), que desembarcou no saguão do aeroporto e foi abordado pelos manifestantes. Na manhã da quarta-feira (17), foi realizado um ato em defesa da vida e contra o genocídio da população negra, na praça dos Três Poderes e, em seguida, outro ato político cultural em frente ao anexo II da Câmara, em alusão ao mês da Consciência Negra. As manifestações não param por aí. Na manhã de quinta-feira 18 foi realizado um ato em frente ao Senado contra a PEC 23 e a PEC 32. As entidades que compõem o FONASEFE, em conjunto com o operativo das Centrais definiram que durante o mês de novembro as manifestações contra a Reforma Administrativa, terão o caráter de combate ao racismo em virtude da celebração do mês da Consciência Negra, quando no dia 20 de novembro comemora-se a imortalidade de Zumbi dos Palmares. Toda essa movimentação tem feito com que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), tenha dificuldades em pautar no plenário a PEC 32. Na manhã de quarta-feira, em reunião do colégio de líderes, Lira criticou o governo por não se mobilizar pela aprovação da reforma administrativa. Segundo ele, é um “apoio pálido” em favor do texto. Lira não acredita que a reforma seja aprovada neste ano. “Temos, basicamente, quatro a cinco semanas de votação”, lembrou, já que o Congresso entra em recesso no final do ano. “Não temos como trazer essa matéria com as discussões como se encontram”, completou. (Fonte: Agência Câmara de Notícias). É importante, avaliar que, embora o presidente da Câmara dê sinalizações de fragilidade para votar a PEC 32, as entidades do serviço público devem se manter em mobilização permanente, pois o governo tenta, através da aprovação da PEC 23 no Senado, abrir espaço para o orçamento secreto e, com isto, fazer a política do toma lá dá cá! Neste cenário de votações das reformas, iniciou a corrida para a sucessão presidencial de 2022. Isto significa que foi aberta nova agenda e diminuiu o prazo de negociação entre o governo e os parlamentares para aprovar a PEC 32. Soma-se a isto a impopularidade de Bolsonaro que aumenta a cada dia que, segundo a pesquisa da PoderData, no mês de outubro apontou 58% de reprovação de Bolsonaro e o projeto de filiação ao PL continua em crise. O governo segue cercado de escândalos. Os últimos foram: a fake news na COP 26, onde o governo escondeu os dados do INPE, sobre o desmatamento para pedir recursos aos países que participavam do encontro, para proteger a Amazônia, as denúncias dos servidores do INPE e as próprias declarações do presidente referentes ao ENEM. Outro problema que atravessa o governo é a falta de perspectiva na política econômica, que vive a estagflação. Essa definição dada por diversos economistas ocorre quando os preços estão em forte alta, mas a atividade econômica permanece estagnada, isso pode se manter até final de 2022, devido à crise energética e a disputa eleitoral. A crise interminável na economia é fruto da política desastrosa praticada por Bolsonaro/Guedes. A inflação saltou de 4,31%, em 2019, para 10,25%, no acumulado em 12 meses, até setembro, o desemprego atinge 14,1%, o que significa 14 milhões de desempregados, no segundo trimestre deste ano e 5 milhões de pessoas em desalento. Outros 19 milhões de pessoas estão em situação de extrema pobreza, segundo os critérios do



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Banco Mundial. Somados aos que estão na linha da pobreza, chegam a 29% da população do país, ou seja, o Brasil atravessa a Pandemia da Miséria. Além disso, as mortes causadas pela Covid-19 continuam, já atingindo as 612 mil mortes e o governo não define como será a dose de reforço. A Direção Nacional da FASUBRA, em conjunto com as entidades que compõem o FONASEFE, definiu o dia 20 de novembro como uma data importante para ocupar as ruas e denunciar, mais uma vez, o governo Bolsonaro que tenta destruir o estado e pauperizar, ainda mais, a população que ficará sem atendimento do serviço público e assistência do estado. A DN da FASUBRA mantém a orientação às entidades de pressão virtual (e-mails e mensagens no Instagram, Whatsapp, facebook e tuitter) e presencial nos estados junto aos deputados e deputadas, que denunciem as PECs 23 e 32 através de outdoors, busdoors, a partir das peças publicitárias disponibilizadas pela Federação, participem de atos em aeroportos e escritórios políticos dos parlamentares colocando carros de som, com palavras de ordem contra a reforma, mapeiem deputados e deputadas nos estados que estão a favor da PEC 32 para fazer o vira voto (veja o deputado do seu estado no site: contraape32.com.br) e os senadores e senadoras em relação à PEC 23. Orienta, ainda, que as entidades, que puderem, enviem representantes a Brasília, na próxima semana.

**SE VOTAR, NÃO VOLTA! NÃO À PEC 32!
NÃO À PEC 23, DO CALOTE NOS PRECATÓRIOS!**

PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA SINDICAL 16 E 17 DE DEZEMBRO

A Direção Nacional convoca a Plenária Nacional virtual para os dias 16 e 17 de dezembro de 2021, e orienta a rodada de assembleias de 17 de novembro ao dia 09 de dezembro, para eleger delegadas e delegados.

Obs. Em respeito à autonomia das entidades de base, fica a critério de cada uma realizar novas assembleias para definir suas delegações ou manter as delegadas e delegados definidos nas assembleias já realizadas

No dia 16 a Plenária ocorrerá das 09 às 12 horas e das 14h às 18 horas. No dia 17, será das 14 às 18h.

Pauta:

1. Informes Nacionais;
2. Análise de Conjuntura Nacional e Internacional; (PEC 23 e 32, avaliação das propostas de Retorno ao trabalho presencial pelas reitorias e Decreto 10620);
3. Referendar substituições na direção nacional, em conformidade com o estabelecido nos artigos 65 e 66, seus incisos e parágrafos;
4. Apresentar a prestação de contas do ano de 2019 realizada pelo Conselho Fiscal;
5. CONFASUBRA;
6. Calendário;
7. Encaminhamentos.



Dinâmica da Plenária:

1. Informes de base. **As entidades deverão encaminhar por escrito, no ato do credenciamento;**
2. Informes da DN;
3. Conjuntura: Representação da DN (5 falas) - 5 minutos;
4. Abertura de inscrições para o ponto na 1ª fala da representação, para todos (as) os (as) delegados (as) - 3 minutos;
5. Encerramento de inscrições na 5ª fala (da representação);
6. Serão consideradas as propostas e moções encaminhadas até sexta-feira, para número do telefone da FASUBRA, a ser disponibilizado durante a realização da plenária;
7. Votação de propostas, moções e encaminhamentos

FASUBRA SE REÚNE COM A ANDIFES E ENCAMINHA OFÍCIO COBRANDO AGENDA PERMANENTE

A Direção Nacional da FASUBRA Sindical reuniu-se com representantes da Andifes, no último dia 10 de novembro, na sede da Associação em Brasília/DF. Pela FASUBRA participaram Vânia Helena Gonçalves, Rosângela Soares Costa, João Paulo Ribeiro e Helder de Carvalho Bernardes. Pela Andifes estavam presentes o presidente reitor Marcus Vinicius David (UFJF) e o secretário-executivo Gustavo Henrique de Sousa Balduino.

A direção relatou que a FASUBRA teve conhecimento informal de que o MEC havia solicitado à Andifes que fizesse as descrições dos cargos do PCCTAE e que o FORGEP estava providenciando a descrição. Isso motivou o pedido da FASUBRA à Andifes para que não atendesse à solicitação da SESU e não encaminhasse as descrições, já que a Lei 11.091/05, prevê que isso é competência da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC).

Foi explicitado que a CNSC é composta de forma paritária, com a participação dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior, governo, e bancada sindical (FASUBRA e SINASEFE). Foi informado, ainda, que a referida Comissão se reuniu pela última vez no ano de 2015 e já se debruçaram sobre a questão, tendo elaborado todas as descrições dos cargos e que não teve aprovação oficial na CNSC por divergências nas aglutinações de alguns cargos.

A direção da FASUBRA reafirmou que a competência da convocação da CNSC é do governo e foi com surpresa que recebeu a informação que, embora a Federação já tenha reiteradas vezes solicitado reunião com o MEC para tratar de temas da carreira, o governo estava fazendo a descrição dos cargos de forma unilateral e, com isso, desrespeitando a Lei 11.901/05. A direção lamentou que a FASUBRA tenha tomado conhecimento da solicitação feita à Andifes pelo MEC, por meio de membros da base filiada e não por ter



sido cientificada pela Andifes, uma vez que se trata de assunto de interesse da categoria

Foi destacada a necessidade de a Andifes não encaminhar as contribuições para a descrição dos cargos do PCCTAE, e questionar a ilegalidade desse procedimento junto à SESU. Foi reiterado a necessidade de restabelecimento da parceria e aproximação das entidades, retomando as discussões de suas pautas comuns através de um calendário de reuniões onde pudéssemos discutir temas relevantes para a categoria, como o retorno das atividades presenciais nas universidades, a implantação do decreto 10.620 e os problemas que vários sindicatos da nossa base estão tendo com os espaços físicos, sendo cobrado alugueis exorbitantes e ameaças de despejo.

O presidente da Andifes Prof. Marcus Vinicius concordou com algumas falas e preocupações, mas disse que em relação ao caso citado, sobre uso do espaço das instituições pelas entidades de classe há dificuldades com dirigentes de algumas instituições, sendo que a Associação procurou mediar os casos citados pela Federação, mas os dirigentes acabaram por desfiliarem da Andifes, não sendo possível fazer gestões junto aos mesmos.

Foi ressaltado, por parte da direção da FASUBRA, a importância de se manter o diálogo e o respeito entre as entidades como sempre existiu, embora a FASUBRA reconheça as limitações na atuação da Andifes pelo fato de seus componentes serem dirigentes de instituições públicas com características e impedimentos inerentes às funções e cargos. Entretanto, é necessário que se mantenha a cordialidade e parceria nas relações.

O secretário-executivo Gustavo falou que a Andifes suspendeu o envio e, apesar da possibilidade de o governo tocar as tarefas das descrições, vai manter a suspensão do envio das descrições enquanto não tiver sido analisado pelo pleno da direção da Andifes. Ele disse ainda que também informará a SESU da necessidade da convocação da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira. O Prof. Marcos enfatizou que não sabia das prerrogativas da CNSC, mas que acataria o pedido da FASUBRA e mandaria suspender o envio das descrições dos cargos elaboradas pelo FORGEP.

O presidente da Andifes falou ainda das dificuldades que a Associação e as Universidades enfrentam e da importância de se manter espaços de diálogo e que a FASUBRA tem razão quando coloca que as questões que dizem respeito às categorias da Universidade, docentes, técnico-administrativos e discentes, devem ser discutidas e resolvidas pela própria Universidade. No final ficou acordado que a FASUBRA encaminhará formalmente as pautas de discussão em comum, para a construção de um calendário de reuniões periódicas.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978



OF.25/2021-SEC

Brasília, 18 de novembro de 2021.

Ao Magnífico Reitor
Prof. Dr. Marcus Vinícius David
Presidente da ANDIFES

Prezado Reitor,

Conforme acordado em reunião realizada entre representação da FASUBRA e ANDIFES, encaminhamos alguns pontos de pauta a serem avaliados e discutidos, na perspectiva da construção da agenda de reuniões permanente.

- Decreto 10620;
- Deliberação MEC sobre a carreira dos Técnicos-administrativos em educação das Instituições Públicas de Ensino;
- Retorno ao trabalho presencial;
- Intervenção nas universidades e a utilização do espaço físico pelas entidades sindicais;
- Autonomia e Democratização das IFE;

Certos do breve atendimento à solicitação de nossa entidade, aguardamos o agendamento e nos colocamos à disposição.

Agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos à disposição.

Antonio Alves Neto

José Maria Moreira Castro

Direção Nacional
FASUBRA Sindical

CALENDÁRIO

NOVEMBRO

20	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA - ATO #FORABOLSONARORACISTA (em todo o Brasil)
----	---

DEZEMBRO

14 e 15	Reunião da DN da FASUBRA
16 e 17	Plenária Nacional da FASUBRA (VIRTUAL)